



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 93/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS I

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

DATA E HORA DO PREGÃO: 24/03/2026 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)

SESSÃO PÚBLICA: www.compras.gov.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

**TIPO DE LICITAÇÃO: “AMPLA CONCORRÊNCIA”/ “COTA RESERVADA DE 25% PARA ME E EPP”
/ “EXCLUSIVA PARA ME E EPP”**

UASG DE ATUAÇÃO: 986921 – Prefeitura Municipal de Praia Grande - SP

PREÂMBULO

A **PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, situada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, Vila Mirim, Praia Grande/SP, por intermédio da **SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS, SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE e SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA**, torna público, a quem possa interessar, que realizará, no dia **24 de março de 2026**, às **09h30min (horário oficial de Brasília-DF)**, no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), UASG nº 986921, LICITAÇÃO sob na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS I**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as demais normas legais em vigor, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decretos Municipais nº [7929/2023](#), nº [7843/2023](#), nº [6238/2017](#), nº [6434/2018](#) e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

ATENÇÃO QUANTO A POSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO NAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NO ITEM 15.1., SOB PENA DE SOFRER A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES CONFORME PREVISTO NOS ITENS 15.2 A 15.15.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente Licitação o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS I**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Em cumprimento ao artigo 48, inciso III, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, o objeto será dividido em cota principal e cota reservada à participação de microempresas, empresas de pequeno porte, no limite máximo de até 25% (vinte e cinco) do objeto, conforme o detalhamento constante do Termo de Referência (**ANEXO I**).

1.3.1. A cota principal e reservada será licitada pela Unidade Compradora de forma simultânea e independente.

1.3.2. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota de ampla concorrência, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado;

1.3.3. Se a mesma pessoa jurídica vencer a cota reservada e a cota de ampla concorrência, a contratação do objeto será pelo menor valor obtido na licitação.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº:

SECRETARIA	DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	FONTE
SESURB	15.02.00/15.452.5005.2086/3.3.90.30.00	PRÓPRIOS
	15.02.00/15.452.5005.2086/3.3.90.30.00	FEDERAL
SECTUR	19.02.00/13.122.3003.2024/3.3.90.30.00	PRÓPRIOS
SEDUC	09.02.00/12.361.2001.2381/3.3.90.30.00	PRÓPRIOS
SEMA	12.02.00/18.541.6003.2445/3.3.90.30.00	PRÓPRIOS
SESAP	10.07.00/10.122.1001.2377/3.3.90.30.00	PRÓPRIOS

3.2. O valor estimado da contratação é de **R\$ 2.236.769.46** (dois milhões duzentos e trinta e seis mil setecentos e sessenta e nove reais e quarenta e seis centavos).

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras)

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Para os itens 11 e 12 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.7. Não poderão disputar esta licitação:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

- 4.7.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.7.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 4.7.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 4.7.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.7.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.7.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 4.7.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.7.8.** Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 4.7.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.7.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#);
- 4.7.11.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.
- 4.8.** O impedimento de que trata o item **4.7.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.9.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **4.7.2** e **4.7.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.10.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.11.** O disposto nos itens **4.7.2** e **4.7.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.12.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

4.13. A vedação de que trata o item **4.7.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.14. A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicado no Preâmbulo deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **9.1.1** e **9.10.1** deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

5.7.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens **5.4** ou **5.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.9. A licitante deverá apresentar Declaração de Inexistência de Parentesco e Vínculo Impeditivo, firmada por seu representante legal em papel timbrado, atestando, sob as penas da lei, que:

- a)** Não possui em seu quadro de proprietários, sócios ou empregados, servidores ou dirigentes do órgão ou entidade contratante, bem como responsáveis pela condução desta licitação;
- b)** Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (e até o segundo grau por afinidade), de ocupantes de cargos de direção ou de servidores do órgão ou entidade contratante que atuem na licitação ou na fiscalização do contrato.

5.10. As certidões devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a partir de sua expedição.

5.11. Na hipótese de não constar prazo de validade nas PROCURAÇÕES apresentadas, o Pregoeiro aceitará como válidas as expedidas até 06 (seis) meses, imediatamente anteriores à data de apresentação dos Envelopes Proposta e Documentação.

5.12. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e com CNPJ da matriz. E se for filial todos os documentos deverão estar em nome e com CNPJ da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

5.13. Caso a empresa licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos (matriz e filial).

5.14. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.15. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.16. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.17. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.17.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.17.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.18. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.18.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.18.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.19. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 0 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.20. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.21. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.22. A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

5.23. Os requisitos de habilitação e qualificação técnica se encontram no ANEXO I – Termo de Referência.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário ou desconto;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

6.1.2. Marca/fabricante;

6.1.3. Declarar a marca em campo próprio do sistema ao cadastrar a proposta.

6.2. O envio da proposta vinculará o licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.14. Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo de real)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **7.13**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de 5% (cinco por cento), previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar nº 123/2006, acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.22.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.22.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2.2. Empresas brasileiras;

7.22.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

7.22.2.5. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os preços unitários máximos constantes no Termo de Referência como critério de aceitabilidade.

7.23.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

7.23.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.6. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, em até duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.7. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item **4.7** do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF
- b) [Tribunal de Contas do Estado de São Paulo](#);
- c) [Tribunal de Contas da União](#);
- d) [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#), mantidos pela Controladoria-Geral da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **4.5.1** e **5.6** deste edital.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

8.6. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação no edital.

8.6.1. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. Contiver vício insanável;

8.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. Apresentar preços inexequíveis, conforme §4º art. 59 da Lei nº 14.133/2021, ou a proposta ou lance vencedor apresentar preço final superior ao preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável

8.7.6. Caso o Termo de Referência conste a obrigatoriedade de declarar marca, o licitante apenas o fizer no momento do envio da proposta.

8.7.6.1. Ao encaminhar a proposta com o valor negociado e aceito, não mantenha a mesma marca cadastrada inicialmente no sistema

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

8.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou por Certificado de Registro Cadastral, emitido pelo Município da Estância Balneária de Praia Grande.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

9.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4. Os documentos eletrônicos de habilitação produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

9.4.1. No caso dos documentos eletrônicos enviados não observarem o processo de certificação previsto no item **9.4**, deverão ser apresentados, pessoalmente, ou, enviados pelo correio com AR: em originais, ou cópias autenticadas por tabelião de notas; ou, mediante publicação em órgão da imprensa oficial; ou, por cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da Administração ao Departamento de Licitações na Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Pres. Kennedy nº 9000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900, em até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, preferencialmente no ambiente do sistema eletrônico, caso disponível, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.7. O licitante deverá apresentar, preferencialmente no ambiente do sistema eletrônico, caso disponível, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.9. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, em prazo fixado na Sessão Pública, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

9.10. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

9.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

9.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.12. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **9.9.1**.

9.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.16. As Microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição:

- a)** Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- b)** A não regularização da documentação no prazo previsto na alínea “a” deste subitem, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

9.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa poderá solicitar **esclarecimentos** relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico: sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br ou licitacao@praiagrande.sp.gov.br.

10.2. Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

10.3. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá formular **impugnações** contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada, por meio do endereço eletrônico: sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br ou licitacao@praiagrande.sp.gov.br.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

10.4. No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

- a) Documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;
- b) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

10.5. Caberá ao Pregoeiro se manifestar motivadamente, ouvidas, se for o caso, as unidades competentes, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.6. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

10.7. A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

10.8. Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

10.9. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.10. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.11. As respostas das impugnações serão publicadas somente no site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br> e Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

11.8. A atualização periódica dos preços registrados será através de índices oficiais.

11.9. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso

11.9.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços

13. DO TERMO DE CONTRATO

13.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

13.2. A Autorização de Fornecimento ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

13.2.1. Referida Autorização está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

13.2.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

13.2.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

13.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

14.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

14.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço da unidade promotora da licitação, ou seja, ao Departamento de Licitações da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Presidente Kennedy nº 9.000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

15.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

15.1.5. Fraudar a licitação;

15.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

15.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

15.2. São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Capítulos XXVIII e XXIX do Decreto Municipal nº 7929/2023.

15.3. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.3.1. Advertência;

15.3.2. Multa;

15.3.3. Impedimento de licitar e contratar; e

15.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.4.1. Na natureza e a gravidade da infração cometida.

15.4.2. As peculiaridades do caso concreto

15.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

15.4.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

15.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.5.1. Para as infrações previstas nos itens **15.1.1**, **15.1.2** e **15.1.3**, a multa será de 0,5% a do valor do contrato licitado.

15.5.2. Para as infrações previstas nos itens **15.1.4**, **15.1.5**, **15.1.6**, **15.1.7** e **15.1.8**, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

15.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **15.1.1**, **15.1.2** e **15.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

15.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **15.1.1, 15.1.2. e 15.1.3**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

15.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.

15.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização que intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada Ata da Sessão Pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.6. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

16.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.8. A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penas e das sanções administrativas



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

16.9. A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.10. O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

16.11. A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.12. O Pregoeiro poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

16.13. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

16.14. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas as unidades competentes.

16.15. Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.

16.16. A participação neste Pregão Eletrônico implica na aceitação integral e irrevogável pelas licitantes, dos termos deste Edital e seus anexos, que passarão a integrar o contrato, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento licitatório e execução do contrato.

16.17. As exigências constantes neste Edital e seus Anexos, no que couber, abrangem fornecedores, subfornecedores e subcontratados, sem exceções, cuja responsabilidade pela implementação de qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é exclusiva da licitante vencedora, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.

16.18. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados somente nos sítios eletrônicos da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br>, [Portal de Compras do Governo Federal](#) e no [Portal Nacional de Contratações Públicas](#).

16.19. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

16.20. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/2021.

16.21. Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

16.22. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

16.23. O Edital e seus anexos, poderá ser obtido através do site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br>, [Portal de Compras do Governo Federal](#) e no [Portal Nacional de Contratações Públicas](#).

16.24. Fica eleito o foro da Comarca da Praia Grande para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste Edital e da contratação do objeto do mesmo que não sejam solucionadas de comum acordo entre as partes, com prévia renúncia de qualquer outro.

17. DOS ANEXOS

17.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.1.1. ANEXO I - Termo de Referência

17.1.1.1. 1º Apêndice do ANEXO I - Condições Gerais

17.1.1.2. 2º Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

17.1.2. ANEXO II – Planilha Proposta

17.1.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

17.1.4. ANEXO IV – Cadastro Reserva

Praia Grande, 20 de fevereiro de 2026.

SORAIA M. MILAN

Secretária Municipal de Serviços Urbanos

MAURÍCIO DA SILVA PETIZ

Secretário Municipal de Cultura E Turismo

PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS

Secretária Municipal de Educação

VALDIR PEREIRA RAMOS FILHO

Secretário Municipal de Meio Ambiente

JOSE ISAIAS COSTA LIMA

Secretário Municipal De Saúde Pública



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preço para Aquisição de Ferramentas I, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, bem como nos termos da tabela inserida no **“1º Apêndice do Anexo I – Condições Gerais”**

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/21.

1.3. Os itens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 6º, XIII, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, podendo ser prorrogável por igual período, de acordo com o art. 84, da Lei nº 14.133/2021.

1.4.1. Decorrido o prazo de um ano da vigência da Ata de Registro de Preços e havendo prorrogação da vigência, os preços registrados poderão ser atualizados de acordo com a variação do IPCA-E ou por índice que venha a substituí-lo observada as diretrizes do art. 182 da Lei 14.133/2021.

1.4.2. Na hipótese de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, a renovação do quantitativo originalmente registrado ficará a critério exclusivo da Administração Municipal, não constituindo obrigação automática de sua repetição.

1.5. O fornecimento do objeto é enquadrado como não continuado.

1.6. O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Secretaria de Serviços Urbanos (SESURB), no âmbito de suas competências legais, é responsável pela execução e manutenção dos serviços de limpeza pública, conservação de áreas verdes, manutenção da infraestrutura urbana, limpeza e desobstrução dos sistemas de drenagem, remoção de materiais inservíveis, pintura de guias, manutenção da iluminação pública, dentre outras atividades essenciais à adequada zeladoria municipal.

2.1.1. O Município enfrenta desafios permanentes relacionados à gestão e ao acúmulo de resíduos sólidos, à manutenção periódica de áreas verdes, à conservação da infraestrutura urbana, à limpeza de bueiros e redes de drenagem, à organização e segurança dos espaços públicos, à gestão de águas pluviais e à preservação do patrimônio municipal. Tais demandas exigem resposta contínua, integrada e eficiente das Secretarias envolvidas.

2.1.2. Para o cumprimento dessas atribuições, a aquisição de ferramentas adequadas revela-se **imprescindível** para garantir a funcionalidade e a continuidade das operações, bem como para assegurar condições seguras e apropriadas de trabalho aos servidores. A SESURB e demais Secretarias requisitantes possuem um expressivo contingente de trabalhadores que atuam diretamente em atividades de manutenção, jardinagem, serviços gerais e reparos prediais, o que demanda reposição periódica de ferramentas, dada a natureza de desgaste inerente ao uso diário.

2.2. A ausência, insuficiência ou deterioração desses instrumentos compromete a qualidade dos serviços públicos, gerando impactos negativos em três eixos centrais:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

2.2.1. Segurança e Saúde Ocupacional

A utilização de ferramentas inadequadas ou danificadas eleva os riscos de acidentes e de ocorrência de lesões por esforço repetitivo (LER/DORT). A disponibilização de ferramentas novas e apropriadas atende às exigências das Normas Regulamentadoras (NRs) relacionadas à segurança e saúde do trabalhador, contribuindo para a integridade física dos servidores e para a mitigação de passivos trabalhistas.

2.2.2. Produtividade e Eficiência dos Serviços

Ferramentas robustas e específicas — tais como pás, enxadões, vassourões, entre outros itens — são fundamentais para a execução adequada de atividades operacionais. A utilização de equipamentos apropriados reduz o tempo de execução das tarefas, melhora o rendimento das equipes e amplia a capacidade de atendimento às demandas de manutenção urbana.

2.2.3. Gestão Patrimonial e Economicidade

A contratação por meio de Sistema de Registro de Preços possibilita reposição contínua e planejada dos itens, garantindo o abastecimento regular e prevenindo interrupções nos serviços. A não reposição adequada pode gerar custos futuros mais elevados, seja pela necessidade de contratações emergenciais de terceiros, seja pelo agravamento de danos decorrentes da falta de manutenção preventiva.

2.3. A adoção do pregão eletrônico como modalidade licitatória é a mais compatível com os princípios da economicidade, transparência, e eficiência, assegurando ampla competitividade e atendimento aos interesses da Administração. Com isso, o órgão público pode realizar compras em maior quantidade ao longo do tempo, o que tende a gerar preços mais competitivos e condições mais favoráveis, aproveitando as economias de escala. A administração pública poderá adquirir os itens conforme a necessidade, sem a obrigatoriedade de comprar tudo de uma vez. Isso evita o acúmulo de estoque e permite uma gestão mais eficiente dos recursos. A modalidade de pregão, especialmente o eletrônico, estimula a concorrência entre os fornecedores, o que pode resultar em propostas mais vantajosas para a administração pública, tanto em termos de preço quanto de qualidade.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (2026) conforme detalhamento a seguir no link <https://pncp.gov.br/app/pca/46177531000155/2026>.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Para o atendimento das necessidades operacionais desta Secretaria e das demais Secretarias Municipais que utilizam ferramentas manuais e de precisão em suas rotinas de manutenção predial, elétrica, hidráulica, mecânica, paisagística e de infraestrutura urbana, propõe-se a realização de Pregão Eletrônico com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e normativos correlatos.

3.1.1. A escolha da solução proposta considera a totalidade do ciclo de vida do objeto, abrangendo as etapas de aquisição, utilização, desgaste, manutenção, substituição e reposição periódica, assegurando que os produtos atendam aos padrões técnicos, de segurança e de durabilidade requeridos pela Administração Pública. A seguir, apresenta-se detalhamento técnico ampliado:

3.1.2. Sistema Registro de Preços – Modalidade Pregão Eletrônico: Para possibilidade de reconhecer que é um objeto comum, informamos que as ferramentas são encontradas facilmente no mercado e existe a necessidade de aquisições frequentes, devido ao desgaste operacional. Estamos em busca da proposta mais vantajosa para a Administração, e por isso sugerimos pela modalidade pregão eletrônico sempre que o objeto for considerado comum. Estes objetos comuns podem ser definidos no edital por meio de especificações objetivas, que se prestam a estabelecer o padrão de qualidade desejado pela Administração Pública, de acordo com características usuais no mercado, sem que variações de ordem técnica eventualmente existentes entre os objetos ofertados por diversos fornecedores que atendam a tais especificações sejam importantes ou decisivas para a determinação de qual proposta melhor satisfaz o interesse público. E desde que a estrutura procedimental da modalidade pregão eletrônico, menos formalista e mais célere, não afete a análise da qualidade do objeto licitado ou importe prejuízos ao interesse público.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

3.1.3. Estimativa de quantitativos: No presente processo foi utilizada o sistema Registro de Preços. Embora acreditemos que tal definição transborde da competência técnica desta Diretora, pela leitura do dispositivo do Decreto Municipal nº 7018/20 que nos incisos de seu artigo 3º, enumera quais as hipóteses em que o sistema de registro de preços será observado, preferencialmente. Isto porque estamos diante de objetos que pelas suas características serão adquiridos com frequência, além disso, não é possível prever de antemão a quantidade exata que será adquirida, sendo a planilha estimativa juntada na inicial com base no número de servidores que executam serviços de campo com o objeto, tendo como base consumos anteriores. Desse modo, não é possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pela Administração, por isso, desejamos realizar um Registro de Preços.

3.4. A especificação do item está definida de forma clara, concisa e objetiva, conforme tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNI.	CATMAT	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Enxada Larga sem Cabo em Aço SAE 1070, Material: Aço SAE 1070 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó, Largura (A): 255 ± 5 mm, Comprimento (B): 315 ± 5 mm, Olho: 38 mm, Peso: 1.010 g (aproximadamente), Aplicação: Agricultura e jardinagem pesada.	UN	431540	6.334	R\$ 59,63	R\$ 377.696,42
2	Enxadão Sem Cabo em Aço Forjado – Olho 38 mm, Material: Aço SAE 1070 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó, Largura (A): 150 ± 5 mm, Comprimento (B): 275 ± 5 mm, Olho: 38 mm, Peso: 1.010 g (aproximadamente), Aplicação: Agricultura e jardinagem pesada.	UN	234676	1.839	R\$ 67,84	R\$ 124.757,76
3	Pá de Bico com Cabo de Madeira – Aço SAE 1045, Material da Lâmina: Aço SAE 1045 (aço carbono de alta resistência), Material do Cabo: Madeira tipo marfim, Acabamento: Pintura eletrostática na cor preta, Largura (A): 250 ± 5 mm, Altura da Lâmina (B): 295 ± 5 mm, Olho: 34 mm, Comprimento do Cabo: 1.300 ± 100 mm, Peso Total: Aproximadamente 1,9 kg, Aplicação: Construção civil, jardinagem e agricultura.	UN	483248	1.915	R\$ 61,09	R\$ 116.987,35
4	Pá Quadrada AJUNTADEIRA Sem Cabo em Aço SAE 1045, Material: Aço SAE 1045 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó na cor preta, Largura (A): 320 ± 5 mm, Altura da Lâmina (B): 260 ± 5 mm, Olho: 34 mm de diâmetro, Peso: Aproximadamente 1,7 kg, Aplicação: Construção civil, jardinagem e uso agrícola.	UN	405532	5.311	R\$ 45,78	R\$ 243.137,58
5	Pá Quadrada CORTADEIRA Sem Cabo em Aço SAE 1045, Material: Aço SAE 1045 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó na cor preta, Largura (A): 320 ± 5 mm, Altura da Lâmina (B): 260 ± 5 mm, Olho: 34 mm de diâmetro, Peso: Aproximadamente 1,7 kg, Aplicação: Cortar, revolver e retirar solo pesado, argila ou areia úmida.	UN	405532	5.311	R\$ 38,84	R\$ 206.279,24
6	Pá de Lixo 90° com Cabo de Madeira – Coletor em Metal Zincado, Material do Coletor: Metal zincado (resistente à oxidação), Material do Cabo: Madeira, Ângulo entre cabo e coletor: 90°, Comprimento do Cabo: 800 ± 50 mm, Acabamento: Galvanizado (zinco), Aplicação: Limpeza urbana, doméstica, comercial e industrial.	UN	274660	415	R\$ 48,60	R\$ 20.169,00
7	Rastelo de Ferro forjado com 14 Dentes – Material do Garfo: Aço carbono (ferro forjado), Número de Dentes: 14, Largura do Garfo: 360 ± 10 mm, Compatibilidade de Cabo: Madeira plastificada, 1.200 ± 50 mm, Peso: Aproximadamente 1,0 kg, Acabamento: Pintura eletrostática a pó (proteção contra oxidação), Aplicação: Agricultura, jardinagem e paisagismo.	UN	452487	823	R\$ 38,05	R\$ 31.315,15



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

8	Vassoura Regulável com Cabo para Folhas – 22 Palhetas em Aço SAE 1070, Tipo: Regulável para folhas e gramados, Material das Palhetas: Aço SAE 1070, Quantidade de Palhetas: 22 unidades, Espessura das Palhetas: 2,0 mm (mínimo), Largura Aberta (A): 440 ± 5 mm, Olho: 23 mm, Altura da Cabeça (B): 385 ± 5 mm, Material do Cabo: Madeira, Comprimento do Cabo: 1.200 ± 50 mm, Peso Total: Aproximadamente 280 g, Aplicação: Jardinagem, varrição de folhas e limpeza de áreas externas.	UN	417310	4.258	R\$ 44,60	R\$ 189.906,80
9	Vassourão Tipo Argentina – Base Plástica para Varrição de Ruas, Tipo: Vassourão para varrição de ruas e áreas externas, Material da Base: Plástico de alta resistência, Dimensões da Base: 300 ± 5 mm (comprimento) x 100 ± 5 mm (largura), Material das Fibras: Sintéticas (nylon ou PP de alta durabilidade), Comprimento das Fibras: 150 ± 5 mm, Orifício para Cabo: 31 mm de diâmetro, Peso: Aproximadamente 850 g, Aplicação: Varrição de ruas, calçadas, pátios e áreas industriais	UN	307429	12.123	R\$ 56,54	R\$ 685.434,42
10	Vassourão Tipo Gari – 40 cm com Cerdas de Piaçava Natural, Tipo: Vassourão para varrição pesada, Material da Base: Madeira reforçada, Material das Cerdas: Piaçava natural, Quantidade de Fileiras: 5, Comprimento da Base: 400 ± 5 mm, Altura das Cerdas: 120 ± 5 mm, Aplicação: Varrição de ruas, calçadas, pátios e áreas industriais, Peso: Aproximadamente 850 g.	UN	318938	4.768	R\$ 32,07	R\$ 152.909,76
11	Vassourão com Base Plástica e Cerdas de P.E.T. – Cabo de 1,40 m, Material da Base: Plástico resistente, Dimensões da Base: 260 ± 5 mm (comprimento) x 90 ± 5 mm (largura) x 60 ± 5 mm (altura), Material das Cerdas: P.E.T., 0,8 mm de espessura, Material do Cabo: Madeira ou metal revestido, Diâmetro do Cabo: 28 mm, Comprimento do Cabo: 1.400 ± 50 mm, Aplicação: Varrição de ruas, calçadas, pátios e áreas industriais.	UN	621603	2.234	R\$ 39,47	R\$ 88.175,98
TOTAL						R\$ 2.236.769,46

3.5. Os licitantes ficam cientes de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o item do portal Compras.Gov mais semelhante ao descrito neste Termo de Referência. Havendo divergência entre a descrição do objeto existente no Edital e a utilizada pelo portal Compras.Gov, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos.

3.6. Demais descrições da solução como um todo encontra-se pormenorizada no ETP, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade: A empresa contratada deverá observar as práticas de sustentabilidade previstas em leis, decretos e resoluções de órgãos ambientais, bem como o respeito a medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo objeto contratado.

4.2. Indicação de marca ou modelo: As especificações contidas no presente termo de referência abrangem uma ampla quantidade de marcas aptas para o fornecimento.

4.3. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço: A administração não aceitará marcas/produtos que não atendam a todas as especificações exigidas em edital.

4.4. Da apresentação e análise das amostras: Não será exigida a apresentação de amostras.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

4.5. Garantia: Não haverá exigência de garantia da contratação.

4.6. Subcontratação: Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.7. Da contratação:

4.7.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado o Contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços.

4.7.2. A empresa vencedora, após a homologação, será convocada para assinar o respectivo contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços com a Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da convocação.

4.7.3. Constitui condição para a assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços:

4.7.3.1. Somente no caso de empresa em situação de recuperação judicial: apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial da Contratada, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a credenciada está cumprindo o plano de recuperação judicial;

4.7.3.2. Somente no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial: apresentação de comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

4.7.4. O Contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços deverá ser assinado por representante legal, procurador, diretor ou sócio da empresa, devidamente acompanhado, respectivamente, de procuração ou Contrato Social e cédula de identidade.

4.7.5. O Prazo para assinatura do Contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços poderá ser prorrogado uma vez, e dentro de 05 (cinco) dias corridos, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

4.7.6. No ato da assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, a Contratada se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação, que estará sujeito a remessa ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, caso seja selecionado.

4.7.7. A Minuta do Contrato/Ata de Registro de Preços a ser firmado entre a Administração e a licitante vencedora, constitui parte integrante do Edital, sendo que nela encontram-se definidas e especificadas todas as regras e condições da contratação, inclusive, regras de medição, condições de pagamento dos serviços executados, critérios de reajuste, penalidades contratuais e condições de recebimento.

4.8. Da rescisão:

4.8.1. O não cumprimento das obrigações assumidas autorizam o CONTRATANTE a rescindir unilateralmente o contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável o disposto nos artigos 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.8.2. O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços poderá ainda ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de entrega:

5.1.1. O prazo para a entrega dos produtos será de **10 (dez) dias corridos**, contados a partir do recebimento, pelo detentor da Ata, do pedido, requisição, ofício ou autorização de fornecimento da Unidade Requisitante.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

Facultativamente, desde que devidamente justificado e aceito pelo requisitante, o prazo de entrega poderá ser prorrogado uma única vez por igual período.

5.1.2. A entrega deverá ser realizada nos endereços abaixo relacionados. Poderão ser incluídos novos endereços, caso haja necessidade, por parte da Secretaria Requisitante.

SECRETARIA	SETORES	ENDEREÇOS PARA ENTREGA
SESURB	Divisão de Manutenção Predial	Rua Matilde de Azevedo Setúbal, nº. 1488 - Vila Caiçara - PG.
	Divisão de Limpeza Urbana Região 1	Rua José Julio Martins Baptista, nº. 25 - Vila Antártica - PG.
	Divisão de Manutenção de Drenagem e Rapa Treco	
	Divisão de Limpeza Urbana Região 2	
	Divisão de Serviços Gerais	
	Divisão de Iluminação Pública	
	Divisão de Cemitério	
	Divisão de Limpeza Urbana Região 3	R. Profª. Heleny Rosa, nº. 116 - Vila Melvi – PG.
	Almoxarifado (GARAGEM)	R. Reinaldo dos Santos, nº 357 - LE 27.108 - Jardim Glória – PG.
	Divisão de Praças e Áreas Verdes	
	Divisão de Manutenção de Frota	
	Almoxarifado (SECRETARIA)	Av. Pres. Costa e Silva, 794 – Boqueirão - PG
SECTUR	Parque Ezio Dall Acqua – Portinho	R. Paulo Sérgio Garcia, s/n – Sítio do Campo, Praia Grande – SP, 11726-010
	Kartódromo Municipal	R. José Bonifácio, s/n - Sítio do Campo, Praia Grande – SP, 11725,420
	Palácio das Artes – PDA	Av. Pres. Costa e Silva, 1600 – Boqueirão, Praia Grande – SP, 11700-007
	Pavilhão de Eventos Jair Rodrigues	R. Savério Fittipaldi, s/n – Quietude, Praia Grande – SP, 11718-180
	Praça Carlos Gomes – Solemar	Av. Pres. Kennedy, 19670 – Solemar, Praia Grande – SP, 11709-130
SEDUC	Secretaria de Educação	Rua Fernando Di Estéfano, nº 160 – Jardim Quietude – PG.
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente	Av. Pres. Costa e Silva, 794 – 6º andar – Boqueirão - PG
SESAP	Secretaria de Saúde Pública	Av. Presidente Kennedy, 8850 – Vila Mirim – PG

5.1.3. O produto, objeto da Ata de Registro de Preços, será recebido pela Unidade Requisitante, sendo devidamente atestada.

5.1.4. Os técnicos da Unidade Requisitante efetuarão vistoria no ato da entrega, e avaliarão as condições físicas do produto. Caso estas condições não sejam satisfatórias, a remessa poderá ser devolvida ou recusada, devendo ser reposta por outra, independentemente da aplicação das penalidades previstas.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

5.1.5. O bem deve ser entregue juntamente com a sua respectiva nota fiscal. A nota fiscal emitida deverá estar acompanhada de uma via do recibo citado, para conferência de cada setor e na mesma devem ser mencionados o número do empenho e o contrato correspondente.

5.1.6. Corre por conta da EMPRESA detentora da Ata ou do contrato, do pedido, requisição, ofício ou autorização de fornecimento da Unidade Requisitante qualquer prejuízo causado ao produto em decorrência do transporte.

5.1.7. Em caso de serviço terceirizado de entrega, cabe a contratada a responsabilidade de fiscalizar se a empresa cumpre todas as exigências da legislação e do edital.

5.1.8. É de responsabilidade da contratada verificar e conferir os locais e endereços de entrega devendo arcar com quaisquer danos ocasionados.

6. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

6.1. O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, o órgão ou entidade **poderá** convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato/ata de registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato ou pelos respectivos substitutos (lei nº 14.133/21 art. 117 caput) e (Decreto 7.929/2023 Capítulo II, Seção IV) conforme segue abaixo:

6.6.1. Gestão da execução do contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

6.6.2. Fiscalização técnica: é o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa;

6.6.3. Fiscalização administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos dos contratos e inclusive daqueles com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

6.7. Sanções e infrações administrativas:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

6.7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

6.7.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

6.7.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

6.7.1.3. Der causa à inexecução total do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

6.7.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

6.7.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

6.7.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

6.7.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

6.7.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.7.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

6.7.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO/DETENTOR der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

6.7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “6.7.1.2 a 6.7.1.4.”, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “6.7.1.5 a 6.7.1.8.”, bem como nas alíneas “6.7.1.2. a 6.7.1.4.”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.7.2.4. Multa:

6.7.2.4.1. Moratória de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o preço da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias;

6.7.2.4.2. O atraso superior a **15 (quinze)** dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7.2.4.3. Compensatória de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, no caso de inexecução total do objeto;

6.7.2.4.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

6.7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao MUNICÍPIO (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

6.7.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

6.7.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao preço do pagamento eventualmente devido pelo MUNICÍPIO o CONTRATADO/DETENTOR, além da perda desse preço, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

6.7.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.7.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.7.6. Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

6.7.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

6.7.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

6.7.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

6.7.6.4. Os danos que dela provierem para o MUNICÍPIO;

6.7.6.5. Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.7.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);

6.7.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO/DETENTOR poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO/DETENTOR, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7.9. O MUNICÍPIO deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento do Objeto: Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços,



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 dias** úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **15 dias** úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.3.1. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada pela comprovação da regularidade fiscal constada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

7.3.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.3.3. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no preço dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento

7.5. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado/ata de registro de preços, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços.

7.7. Prazo de pagamento:

7.7.1. O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente indicada pela empresa vencedora no corpo da Nota Fiscal, no prazo de até **30 (trinta) dias**, a contar da documentação fiscal e entrega total do material, devidamente atestada. Os pedidos de pagamentos deverão vir devidamente instruídos com a documentação necessária:

7.7.2. Atestado de recebimento e aprovação do material pela Unidade Requisitante;

7.7.3. Primeira via da Nota Fiscal ou Nota Fiscal – Fatura.

7.7.4. Não haverá atualizações ou compensações financeiras a qualquer título ou hipótese,

7.7.5. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à empresa, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidos Amplo do IPCA – IBGE, calculado *pro rata die*.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, sistema **REGISTRO DE PREÇO** com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR VALOR POR ITEM**.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

8.2. Exigências de habilitação:

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.1.1. Habilitação Jurídica

8.2.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.2.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.2.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.2.1.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.1.2. Habilitação Fiscal, Social E Trabalhista

8.2.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.1.2.5. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, a ser declarada em campo próprio no sistema Compras.gov.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

8.2.1.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital]] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.1.2.7. Prova da inexistência de Débitos Tributários Inscritos na Dívida Ativa, emitida pelo órgão estadual competente, da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação ICMS.

8.2.1.2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.1.2.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.2.1.2.10. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

8.2.1.3. Qualificação econômico-financeira:

8.2.1.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.3. Qualificação Técnica: Não se aplica.

8.4. Não será admitida a participação de consórcios de empresas, dada a natureza o objeto, por não se tratar de grande vulto ou de alta complexidade técnica, a participação de consórcios tende a diminuir a competitividade, desse modo não será adotada no presente processo.

8.5. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5 da Lei nº 12.690, de 2012.

8.6. Forma de adjudicação: Por Item.

8.7. Critério de julgamento das propostas: Menor Preço.

9. ESTIMATIVAS DE PREÇO DA CONTRATAÇÃO

9.1. O preço apresentado no orçamento estimado pela Prefeitura importa em **R\$ 2.236.769,46 (dois milhões, duzentos e trinta e seis mil, setecentos e sessenta e nove reais e quarenta e seis centavos).**

9.2. A planilha de custos foi definida de forma clara, concisa e objetiva, cujo preço global para aquisição total dos materiais foi estimado mediante a realização de pesquisa de mercado e estimado em planilha onde constam os preços unitários, médio e total de cada item que servirão de parâmetro para a realização do certame.

9.3. A metodologia empregada na pesquisa foi de consulta a fornecedores do ramo via internet, disponibilização de pesquisa de preços no site do Município e cadastro de fornecedores desta Prefeitura.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta de recursos conforme relacionado abaixo:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

SECRETARIA	DESPESA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE	CÓD. DE APLICAÇÃO
SESURB	2592	15.02.00 / 15.452.5005.2086 / 3.3.90.30.42	1	1.100.000
	6376	15.02.00 / 15.452.5005.2086 / 3.3.90.30.42	5	1.000.288
SECTUR	3010	19.02.00 / 13.122.3003.2024 / 3.3.90.30.42	1	1.100.000
SEDUC	4354	09.02.00 / 12.361.2001.2381 / 3.3.90.30.42	1	2.200.000
SEMA	2570	12.02.00 / 18.541.6003.2445 / 3.3.90.30.42	1	1.100.000
SESAP	4971	10.07.00 / 10.122.1001.2377 / 3.3.90.30.42	1	3.100.000

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

1º APÊNDICE DO ANEXO I – CONDIÇÕES GERAIS

ITEM	CATMAT	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR ESTIMADO	
						UNITÁRIO	TOTAL
1	431540	PRINCIPAL	Enxada Larga sem Cabo em Aço SAE 1070, Material: Aço SAE 1070 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó, Largura (A): 255 ± 5 mm, Comprimento (B): 315 ± 5 mm, Olho: 38 mm, Peso: 1.010 g (aproximadamente), Aplicação: Agricultura e jardinagem pesada.	UNID.	4.752	R\$ 59,63	R\$ 283.361,76
2	431540	RESERVADA	Enxada Larga sem Cabo em Aço SAE 1070, Material: Aço SAE 1070 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó, Largura (A): 255 ± 5 mm, Comprimento (B): 315 ± 5 mm, Olho: 38 mm, Peso: 1.010 g (aproximadamente), Aplicação: Agricultura e jardinagem pesada.	UNID.	1.582	R\$ 59,63	R\$ 94.334,66
3	234676	PRINCIPAL	Enxadão Sem Cabo em Aço Forjado – Olho 38 mm, Material: Aço SAE 1070 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó, Largura (A): 150 ± 5 mm, Comprimento (B): 275 ± 5 mm, Olho: 38 mm, Peso: 1.010 g (aproximadamente), Aplicação: Agricultura e jardinagem pesada	UNID.	1.381	R\$ 67,84	R\$ 93.687,04
4	234676	RESERVADA	Enxadão Sem Cabo em Aço Forjado – Olho 38 mm, Material: Aço SAE 1070 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó, Largura (A): 150 ± 5 mm, Comprimento (B): 275 ± 5 mm, Olho: 38 mm, Peso: 1.010 g (aproximadamente), Aplicação: Agricultura e jardinagem pesada	UNID.	458	R\$ 67,84	R\$ 31.070,72
5	483248	PRINCIPAL	Pá de Bico com Cabo de Madeira – Aço SAE 1045, Material da Lâmina: Aço SAE 1045 (aço carbono de alta resistência), Material do Cabo: Madeira tipo marfim, Acabamento: Pintura eletrostática na cor preta, Largura (A): 250 ± 5 mm, Altura da Lâmina (B): 295 ± 5 mm, Olho: 34 mm, Comprimento do Cabo: 1.300 ± 100 mm, Peso Total: Aproximadamente 1,9 kg, Aplicação: Construção civil, jardinagem e agricultura.	UNID.	1.438	R\$ 61,09	R\$ 87.847,42
6	483248	RESERVADA	Pá de Bico com Cabo de Madeira – Aço SAE 1045, Material da Lâmina: Aço SAE 1045 (aço carbono de alta resistência), Material do Cabo: Madeira tipo marfim, Acabamento: Pintura eletrostática na cor preta, Largura (A): 250 ± 5 mm, Altura da Lâmina (B): 295 ± 5 mm, Olho: 34 mm, Comprimento do Cabo: 1.300 ± 100 mm, Peso Total: Aproximadamente 1,9 kg, Aplicação: Construção civil, jardinagem e agricultura.	UNID.	477	R\$ 61,09	R\$ 29.139,93



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

7	405532	PRINCIPAL	Pá Quadrada AJUNTADEIRA Sem Cabo em Aço SAE 1045, Material: Aço SAE 1045 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó na cor preta, Largura (A): 320 ± 5 mm, Altura da Lâmina (B): 260 ± 5 mm, Olho: 34 mm de diâmetro, Peso: Aproximadamente 1,7 kg, Aplicação: Construção civil, jardinagem e uso agrícola.	UNID.	3.985	R\$ 45,78	R\$ 182.433,30
8	405532	RESERVADA	Pá Quadrada AJUNTADEIRA Sem Cabo em Aço SAE 1045, Material: Aço SAE 1045 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó na cor preta, Largura (A): 320 ± 5 mm, Altura da Lâmina (B): 260 ± 5 mm, Olho: 34 mm de diâmetro, Peso: Aproximadamente 1,7 kg, Aplicação: Construção civil, jardinagem e uso agrícola.	UNID.	1.326	R\$ 45,78	R\$ 60.704,28
9	405532	PRINCIPAL	Pá Quadrada CORTADEIRA Sem Cabo em Aço SAE 1045, Material: Aço SAE 1045 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó na cor preta, Largura (A): 320 ± 5 mm, Altura da Lâmina (B): 260 ± 5 mm, Olho: 34 mm de diâmetro, Peso: Aproximadamente 1,7 kg, Aplicação: Cortar, revolver e retirar solo pesado, argila ou areia úmida	UNID.	3.985	R\$ 38,84	R\$ 154.777,40
10	405532	RESERVADA	Pá Quadrada CORTADEIRA Sem Cabo em Aço SAE 1045, Material: Aço SAE 1045 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó na cor preta, Largura (A): 320 ± 5 mm, Altura da Lâmina (B): 260 ± 5 mm, Olho: 34 mm de diâmetro, Peso: Aproximadamente 1,7 kg, Aplicação: Cortar, revolver e retirar solo pesado, argila ou areia úmida	UNID.	1.326	R\$ 38,84	R\$ 51.501,84
11	274660	EXCLUSIVA	Pá de Lixo 90° com Cabo de Madeira – Coletor em Metal Zincado, Material do Coletor: Metal zincado (resistente à oxidação), Material do Cabo: Madeira, Ângulo entre cabo e coletor: 90°, Comprimento do Cabo: 800 ± 50 mm, Acabamento: Galvanizado (zinco), Aplicação: Limpeza urbana, doméstica, comercial e industrial.	UNID.	415	R\$ 48,60	R\$ 20.169,00
12	452487	EXCLUSIVA	Rastelo de Ferro forjado com 14 Dentes – Material do Garfo: Aço carbono (ferro forjado), Número de Dentes: 14, Largura do Garfo: 360 ± 10 mm, Compatibilidade de Cabo: Madeira plastificada, 1.200 ± 50 mm, Peso: Aproximadamente 1,0 kg, Acabamento: Pintura eletrostática a pó (proteção contra oxidação), Aplicação: Agricultura, jardinagem e paisagismo.	UNID.	823	R\$ 38,05	R\$ 31.315,15



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

13	417310	PRINCIPAL	Vassoura Regulável com Cabo para Folhas – 22 Palhetas em Aço SAE 1070, Tipo: Regulável para folhas e gramados, Material das Palhetas: Aço SAE 1070, Quantidade de Palhetas: 22 unidades, Espessura das Palhetas: 2,0 mm (mínimo), Largura Aberta (A): 440 ± 5 mm, Olho: 23 mm, Altura da Cabeça (B): 385 ± 5 mm, Material do Cabo: Madeira, Comprimento do Cabo: 1.200 ± 50 mm, Peso Total: Aproximadamente 280 g, Aplicação: Jardinagem, varrição de folhas e limpeza de áreas externas.	UNID.	3.194	R\$ 44,60	R\$ 142.452,40
14	417310	RESERVADA	Vassoura Regulável com Cabo para Folhas – 22 Palhetas em Aço SAE 1070, Tipo: Regulável para folhas e gramados, Material das Palhetas: Aço SAE 1070, Quantidade de Palhetas: 22 unidades, Espessura das Palhetas: 2,0 mm (mínimo), Largura Aberta (A): 440 ± 5 mm, Olho: 23 mm, Altura da Cabeça (B): 385 ± 5 mm, Material do Cabo: Madeira, Comprimento do Cabo: 1.200 ± 50 mm, Peso Total: Aproximadamente 280 g, Aplicação: Jardinagem, varrição de folhas e limpeza de áreas externas.	UNID.	1.064	R\$ 44,60	R\$ 47.454,40
15	307429	PRINCIPAL	Vassourão Tipo Argentina – Base Plástica para Varrição de Ruas, Tipo: Vassourão para varrição de ruas e áreas externas, Material da Base: Plástico de alta resistência, Dimensões da Base: 300 ± 5 mm (comprimento) x 100 ± 5 mm (largura) , Material das Fibras: Sintéticas (nylon ou PP de alta durabilidade), Comprimento das Fibras: 150 ± 5 mm, Orifício para Cabo: 31 mm de diâmetro, Peso: Aproximadamente 850 g, Aplicação: Varrição de ruas, calçadas, pátios e áreas industriais	UNID.	9.093	R\$ 56,54	R\$ 514.118,22
16	307429	RESERVADA	Vassourão Tipo Argentina – Base Plástica para Varrição de Ruas, Tipo: Vassourão para varrição de ruas e áreas externas, Material da Base: Plástico de alta resistência, Dimensões da Base: 300 ± 5 mm (comprimento) x 100 ± 5 mm (largura) , Material das Fibras: Sintéticas (nylon ou PP de alta durabilidade), Comprimento das Fibras: 150 ± 5 mm, Orifício para Cabo: 31 mm de diâmetro, Peso: Aproximadamente 850 g, Aplicação: Varrição de ruas, calçadas, pátios e áreas industriais.	UNID.	3.030	R\$ 56,54	R\$ 171.316,20

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

17	318938	PRINCIPAL	Vassourão Tipo Gari – 40 cm com Cerdas de Piaçava Natural, Tipo: Vassourão para varrição pesada, Material da Base: Madeira reforçada, Material das Cerdas: Piaçava natural, Quantidade de Fileiras: 5, Comprimento da Base: 400 ± 5 mm, Altura das Cerdas: 120 ± 5 mm, Aplicação: Varrição de ruas, calçadas, pátios e áreas industriais, Peso: Aproximadamente 850 g.	UNID.	3.577	R\$ 32,07	R\$ 114.714,39
18	318938	RESERVADA	Vassourão Tipo Gari – 40 cm com Cerdas de Piaçava Natural, Tipo: Vassourão para varrição pesada, Material da Base: Madeira reforçada, Material das Cerdas: Piaçava natural, Quantidade de Fileiras: 5, Comprimento da Base: 400 ± 5 mm, Altura das Cerdas: 120 ± 5 mm, Aplicação: Varrição de ruas, calçadas, pátios e áreas industriais, Peso: Aproximadamente 850 g.	UNID.	1.191	R\$ 32,07	R\$ 38.195,37
19	621603	PRINCIPAL	Vassourão com Base Plástica e Cerdas de P.E.T. – Cabo de 1,40 m, Material da Base: Plástico resistente, Dimensões da Base: 260 ± 5 mm (comprimento) x 90 ± 5 mm (largura) x 60 ± 5 mm (altura), Material das Cerdas: P.E.T., 0,8 mm de espessura, Material do Cabo: Madeira ou metal revestido, Diâmetro do Cabo: 28 mm, Comprimento do Cabo: 1.400 ± 50 mm, Aplicação: Varrição de ruas, calçadas, pátios e áreas industriais.	UNID.	1.677	R\$ 39,47	R\$ 66.191,19
20	621603	RESERVADA	Vassourão com Base Plástica e Cerdas de P.E.T. – Cabo de 1,40 m, Material da Base: Plástico resistente, Dimensões da Base: 260 ± 5 mm (comprimento) x 90 ± 5 mm (largura) x 60 ± 5 mm (altura), Material das Cerdas: P.E.T., 0,8 mm de espessura, Material do Cabo: Madeira ou metal revestido, Diâmetro do Cabo: 28 mm, Comprimento do Cabo: 1.400 ± 50 mm, Aplicação: Varrição de ruas, calçadas, pátios e áreas industriais.	UNID.	557	R\$ 39,47	R\$ 21.984,79
						VALOR TOTAL	R\$ 2.236.769,46



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

2º APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Requisitantes: SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS / SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO / SECRETARIA DE EDUCAÇÃO / SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE / SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

1 NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

Secretaria de Serviços Urbanos

O Município de Praia Grande, reconhecido como um do destino turístico mais procurado do litoral paulista e destacado polo de desenvolvimento no litoral paulista, apresenta contínuo crescimento populacional e turístico. Suas belezas naturais, infraestrutura urbana e oferta diversificada de lazer atraem, em média, seis mil turistas diariamente, além de pessoas interessadas em fixar residência. A orla marítima, com 22,5 quilômetros de extensão, urbanizada e dotada de ciclovias, quiosques, espaços infantis e eventos esportivos e culturais de grande porte, reforça o interesse turístico e contribui para a valorização da Cidade.

Em períodos de alta temporada, a população flutuante chega a quadruplicar, ultrapassando a marca de 1,5 milhão de pessoas em datas comemorativas como Natal, Ano Novo e Carnaval. Atualmente, a população residente no Município é de aproximadamente 330 mil habitantes, conforme dados oficiais.

O Município vem experimentando significativo desenvolvimento em diversas áreas, consolidando-se como referência em qualidade de vida, tranquilidade e infraestrutura completa, tornando-se local preferencial para famílias que buscam residir afastadas da agitação da capital e cidades vizinhas. Nesse contexto, a Administração Municipal tem investido continuamente na melhoria da estrutura urbana e dos equipamentos públicos, visando atender às demandas da população.

Competência da Secretaria de Serviços Urbanos (SESURB)

A Secretaria de Serviços Urbanos é responsável pelo planejamento, coordenação e execução dos serviços de manutenção dos equipamentos públicos e vias urbanas do Município. Entre as atribuições da Secretaria destacam-se:

- Limpeza da faixa de areia e do calçadão;
- Limpeza e manutenção dos canais, valas a céu aberto e equipamentos da rede de drenagem pluvial, como caixas de passagem e bocas de lobo;
- Varrição das ruas;
- Manutenção de praças;
- Raspagem de areia da sarjeta;
- Pintura de guias;
- Remoção de materiais inservíveis, tais como móveis e eletrodomésticos descartados irregularmente em vias públicas;
- Limpeza de terrenos públicos.

Para organização operacional, a SESURB é estruturada em setores específicos, abrangendo limpeza urbana, manutenção da orla, drenagem, iluminação pública e serviços gerais.

Problemática da Zeladoria Urbana

A zeladoria urbana enfrenta diversos desafios que impactam diretamente a qualidade de vida e a funcionalidade do ambiente urbano, destacando-se os seguintes problemas:

- **Acúmulo de Lixo e Resíduos Sólidos:** A gestão eficiente dos resíduos sólidos urbanos é fundamental para manter a limpeza e a salubridade do Município. Problemas recorrentes incluem a coleta inadequada, insuficiência na reciclagem e acúmulo de lixo em áreas públicas. Durante o Réveillon 2023/2024, a limpeza da faixa de areia e do calçadão resultou na remoção de 1.367,88



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

toneladas de resíduos, mobilizando aproximadamente 650 servidores da SESURB. No Carnaval de 2024, foram retiradas 556,30 toneladas de resíduos da faixa de areia e calçamento em cinco dias de festividades. Fora da alta temporada, a média mensal de resíduos removidos da orla é de 1.247 toneladas.

- **Manutenção de Áreas Verdes:** Parques, jardins e outras áreas verdes demandam cuidados regulares, tais como poda, corte de grama e controle de espécies invasoras, visando a preservação estética, ambiental e funcional desses espaços.
- **Conservação da Infraestrutura Urbana:** Calçadas, vias públicas, pontes e edificações necessitam de reparos e manutenção contínuos para assegurar a segurança e acessibilidade da população.
- **Limpeza e Manutenção dos Sistemas de Drenagem:** A desobstrução periódica de bueiros e sistemas de drenagem é imprescindível para evitar alagamentos e garantir o adequado escoamento das águas pluviais.
- **Controle de Pragas e Vetores:** A prevenção e controle de pragas urbanas, como roedores e insetos vetores, são essenciais para a saúde pública.
- **Segurança Urbana:** A zeladoria deve contemplar aspectos relacionados à segurança, incluindo iluminação pública eficiente, sinalização adequada e supervisão das áreas públicas para minimizar riscos de criminalidade e vandalismo.
- **Gestão de Águas Pluviais:** A manutenção da infraestrutura de drenagem contribui para o controle eficiente das águas pluviais, prevenindo enchentes e danos ao patrimônio público e privado.
- **Preservação do Patrimônio Histórico:** A conservação dos bens culturais e históricos requer cuidados específicos, conciliando a proteção do patrimônio com o desenvolvimento urbano.

Objeto do Processo: O presente processo visa a aquisição de ferramentas destinadas a atender às demandas relacionadas ao enfrentamento dos problemas identificados, especialmente no que tange ao acúmulo de lixo e resíduos sólidos e à manutenção de equipamentos públicos e áreas verdes, conforme atribuições da Secretaria de Serviços Urbanos.

Conclusão: Considerando a relevância dos serviços prestados pela SESURB para a manutenção da ordem, higiene, segurança e qualidade de vida no Município de Praia Grande, bem como o volume expressivo de resíduos sólidos gerados, especialmente na orla marítima durante períodos de alta temporada, justifica-se a aquisição das ferramentas necessárias para garantir a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços de zeladoria urbana.

2 PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Informamos que a presente demanda decorre de fato previsível, e encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações 2025, em conformidade com detalhamento a seguir no link <https://pncp.gov.br/app/pca/46177531000155/2025>.

3 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os itens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Considerando que a presente contratação ocorrerá por meio de Intenção de Registro de Preços, os requisitos deverão observar as disposições previstas no Termo de Referência, de modo que somente será permitida a participação de licitantes cujos produtos atendam integralmente às necessidades da Unidade



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

Requisitante. Ressalta-se que o objeto da contratação constitui bem comum, a ser contratado mediante licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica.

Quanto à natureza continuada dos serviços, esclarece-se que não se aplica no presente caso.

As empresas licitantes deverão apresentar especificações claras e detalhadas dos itens ofertados, incluindo, mas não se limitando a: tipo e modelo da ferramenta, material de fabricação, dimensões, peso, ergonomia, segurança no manuseio e observância das normas técnicas aplicáveis.

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. Findo o prazo inicial de vigência e havendo prorrogação, os preços registrados poderão ser atualizados conforme a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou outro índice que venha a substituí-lo, observadas as disposições do art. 182 da referida Lei.

Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, a renovação do quantitativo originalmente registrado ficará a critério exclusivo da Administração Municipal, não configurando obrigação automática de aquisição.

Como requisito essencial, os bens deverão ser novos, entregues em embalagens originais, lacradas e acondicionadas adequadamente. Deverão ser fornecidos com todos os acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento, incluindo documentação técnica completa e atualizada, como manuais, guias de instalação e demais materiais pertinentes, conforme o caso.

Visando à promoção da sustentabilidade, a contratada deverá adotar medidas para redução dos impactos ambientais, utilizando embalagens individuais adequadas, confeccionadas preferencialmente com materiais recicláveis, garantindo a máxima proteção durante o transporte e armazenamento. Os materiais passíveis de descarte seletivo deverão ser encaminhados aos pontos de coleta apropriados (Ecopontos), assegurando a destinação final adequada.

Os técnicos da Unidade Requisitante realizarão vistoria no ato da entrega para avaliação das condições físicas dos produtos. Caso estas não estejam satisfatórias, a remessa poderá ser recusada ou devolvida, sendo o fornecedor obrigado a realizar a reposição imediata, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

O prazo para entrega dos produtos será de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento do pedido, requisição, ofício ou autorização de fornecimento pela Unidade Requisitante, detentora da Ata. O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que devidamente justificado e aceito pelo requisitante.

As empresas licitantes deverão especificar os itens ofertados de maneira clara e detalhada, incluindo características técnicas como tipo e modelo do objeto, material de fabricação, dimensões e peso, ergonomia e segurança no manuseio e normas técnicas aplicáveis.

Fica consignado que quaisquer prejuízos decorrentes do transporte dos produtos serão de inteira responsabilidade da contratada.

Não será exigida garantia para os bens objeto desta contratação.

A Ata de Registro de Preços conterá regras detalhadas sobre a vigência da contratação e demais condições aplicáveis.

Contrato vigente ou anterior com o mesmo objeto consta no Processo nº 1.266/2024:

- Ata 161/2025 Processo Digital: 12.387/2025.

4 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As quantidades estimadas para a presente contratação foram apuradas com base no histórico de contratações anteriores, considerando o consumo registrado nos últimos exercícios fiscais, bem como nos dias efetivamente trabalhados pela equipe da Secretaria de Serviços Urbanos (SESURB). Ademais, foram levados em conta os mutirões realizados em períodos de alta temporada, quando há incremento significativo na demanda dos serviços de manutenção e limpeza urbana.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

Considerou-se, ainda, a variação no número de servidores que atuam diretamente na execução desses serviços ao longo do período estimado, abrangendo a sazonalidade e eventuais eventos especiais que exigem reforço operacional.

A estimativa contempla um horizonte temporal de 12 (doze) meses, período correspondente à vigência inicial da Ata de Registro de Preços, de modo a garantir a suficiência dos insumos e materiais necessários para o atendimento contínuo e eficiente das demandas da Unidade Requisitante.

Destaca-se que as quantidades indicadas são meramente estimativas e poderão ser ajustadas durante a vigência da contratação, em conformidade com as necessidades efetivas da Administração Pública, respeitados os limites e condições previstos na Lei nº 14.133/2021.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1	Enxada Larga sem Cabo em Aço SAE 1070, Material: Aço SAE 1070 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó, Largura (A): 255 ± 5 mm, Comprimento (B): 315 ± 5 mm, Olho: 38 mm, Peso: 1.010 g (aproximadamente), Aplicação: Agricultura e jardinagem pesada.	Un	6.334
2	Enxadão Sem Cabo em Aço Forjado – Olho 38 mm, Material: Aço SAE 1070 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó, Largura (A): 150 ± 5 mm, Comprimento (B): 275 ± 5 mm, Olho: 38 mm, Peso: 1.010 g (aproximadamente), Aplicação: Agricultura e jardinagem pesada	Un	1.839
3	Pá de Bico com Cabo de Madeira – Aço SAE 1045, Material da Lâmina: Aço SAE 1045 (aço carbono de alta resistência), Material do Cabo: Madeira tipo marfim, Acabamento: Pintura eletrostática na cor preta, Largura (A): 250 ± 5 mm, Altura da Lâmina (B): 295 ± 5 mm, Olho: 34 mm, Comprimento do Cabo: 1.300 ± 100 mm, Peso Total: Aproximadamente 1,9 kg, Aplicação: Construção civil, jardinagem e agricultura.	Un	1.915
4	Pá Quadrada AJUNTADEIRA Sem Cabo em Aço SAE 1045, Material: Aço SAE 1045 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó na cor preta, Largura (A): 320 ± 5 mm, Altura da Lâmina (B): 260 ± 5 mm, Olho: 34 mm de diâmetro, Peso: Aproximadamente 1,7 kg, Aplicação: Construção civil, jardinagem e uso agrícola.	Un	5.311
5	Pá Quadrada CORTADEIRA Sem Cabo em Aço SAE 1045, Material: Aço SAE 1045 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó na cor preta, Largura (A): 320 ± 5 mm, Altura da Lâmina (B): 260 ± 5 mm, Olho: 34 mm de diâmetro, Peso: Aproximadamente 1,7 kg, Aplicação: Cortar, revolver e retirar solo pesado, argila ou areia úmida	Un	5.311
6	Pá de Lixo 90° com Cabo de Madeira – Coletor em Metal Zincado, Material do Coletor: Metal zincado (resistente à oxidação), Material do Cabo: Madeira, Ângulo entre cabo e coletor: 90°, Comprimento do Cabo: 800 ± 50 mm, Acabamento: Galvanizado (zinco), Aplicação: Limpeza urbana, doméstica, comercial e industrial.	Un	415
7	Rastelo de Ferro forjado com 14 Dentes – Material do Garfo: Aço carbono (ferro forjado), Número de Dentes: 14, Largura do Garfo: 360 ± 10 mm, Compatibilidade de Cabo: Madeira plastificada, 1.200 ± 50 mm, Peso: Aproximadamente 1,0 kg, Acabamento: Pintura eletrostática a pó (proteção contra oxidação), Aplicação: Agricultura, jardinagem e paisagismo.	Un	823
8	Vassoura Regulável com Cabo para Folhas – 22 Palhetas em Aço SAE 1070, Tipo: Regulável para folhas e gramados, Material das Palhetas: Aço SAE 1070, Quantidade de Palhetas: 22 unidades, Espessura das Palhetas: 2,0 mm (mínimo), Largura Aberta (A): 440 ± 5 mm, Olho: 23 mm, Altura da Cabeça (B): 385 ± 5 mm, Material do Cabo: Madeira, Comprimento do Cabo: 1.200 ± 50 mm, Peso Total: Aproximadamente 280 g, Aplicação: Jardinagem, varrição de folhas e limpeza de áreas externas.	Un	4.258



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
9	Vassourão Tipo Argentina – Base Plástica para Varrição de Ruas, Tipo: Vassourão para varrição de ruas e áreas externas, Material da Base: Plástico de alta resistência, Dimensões da Base: 300 ± 5 mm (comprimento) x 100 ± 5 mm (largura), Material das Fibras: Sintéticas (nylon ou PP de alta durabilidade), Comprimento das Fibras: 150 ± 5 mm, Orifício para Cabo: 31 mm de diâmetro, Peso: Aproximadamente 850 g, Aplicação: Varrição de ruas, calçadas, pátios e áreas industriais	Un	12.123
10	Vassourão Tipo Gari – 40 cm com Cerdas de Piaçava Natural, Tipo: Vassourão para varrição pesada, Material da Base: Madeira reforçada, Material das Cerdas: Piaçava natural, Quantidade de Fileiras: 5, Comprimento da Base: 400 ± 5 mm, Altura das Cerdas: 120 ± 5 mm, Aplicação: Varrição de ruas, calçadas, pátios e áreas industriais, Peso: Aproximadamente 850 g.	Un	4.768
11	Vassourão com Base Plástica e Cerdas de P.E.T. – Cabo de 1,40 m, Material da Base: Plástico resistente, Dimensões da Base: 260 ± 5 mm (comprimento) x 90 ± 5 mm (largura) x 60 ± 5 mm (altura), Material das Cerdas: P.E.T., 0,8 mm de espessura, Material do Cabo: Madeira ou metal revestido, Diâmetro do Cabo: 28 mm, Comprimento do Cabo: 1.400 ± 50 mm, Aplicação: Varrição de ruas, calçadas, pátios e áreas industriais.	Un	2.234

- **SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO** - Justificativa: A aquisição e utilização das ferramentas se fazem essenciais para a realização dos serviços de manutenção, preservação e limpeza em diversos espaços públicos sob responsabilidade da Secretaria.
Essas ferramentas são indispensáveis para:
 - **Manutenção e limpeza de parques** como **Ézio Dall' Acqua**, garantindo a conservação dos espaços de lazer e convivência da população;
 - **Zeladoria de praças**, como a **Carlos Gomes**, onde a limpeza e organização impactam diretamente na qualidade de vida e segurança dos frequentadores;
 - **Preservação dos morros e estacionamento do Palácio das Artes**, Áreas que demandam constante remoção de resíduos, varrição e conservação para evitar acúmulo de sujeira e degradação;
 - **Manutenção de gramas e áreas comuns** existentes no **Kartódromo Pavilhão de Eventos Jair Rodrigues**, locais que recebem grande fluxo de pessoas e necessitam de cuidados contínuos para manter boas condições de uso.Portanto, a estimativa das ferramentas solicitadas visa atender às necessidades operacionais de limpeza, manutenção e preservação dos espaços públicos mencionados, assegurando ambientes adequados, seguros e agradáveis à população.
- **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO** - Justificativa: Para utilização nas unidades de Educação Municipais.
- **SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE** - Justificativa: O material acima estimado é de suma importância para atividades externas da Secretaria, como mutirões de limpeza de praia.
- **SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA** Justificativa: Para atendimento de demandas existentes.

5 LEVANTAMENTO DE MERCADO



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

No âmbito da zeladoria municipal, as ferramentas são essenciais para a manutenção e conservação dos espaços públicos, assegurando que áreas urbanas permaneçam limpas, seguras e adequadamente cuidadas. A seguir, apresentam-se exemplos de ferramentas comumente utilizadas na zeladoria municipal e suas respectivas funções:

- **Vassouras e Raspadeiras:** Utilizadas para varrer e remover sujeira, folhas e detritos de ruas, calçadas e praças. As raspadeiras destinam-se à remoção de resíduos mais aderentes ou acúmulos persistentes.
- **Limpadores de Calçadas e Máquinas de Lavagem a Jato:** Equipamentos que empregam água em alta pressão para limpeza de calçadas, ruas e áreas externas, eliminando sujeiras e manchas.
- **Cortadores de Grama e Rasteleiras:** Empregados na manutenção de áreas verdes e jardins públicos, para corte de grama e aparado de arbustos.
- **Podadores e Tesouras de Jardinagem:** Ferramentas indispensáveis para a poda de árvores e arbustos, preservando a saúde das plantas e a estética dos espaços verdes.
- **Limpadores de Bueiros e Drenos:** Equipamentos destinados à desobstrução e limpeza de bueiros e sistemas de drenagem, prevenindo alagamentos e assegurando o funcionamento adequado da infraestrutura urbana.
- **Equipamentos de Coleta de Resíduos:** Incluem sacos de lixo, carrinhos de coleta e veículos especializados para coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos.
- **Ferramentas de Pintura e Manutenção:** Usadas para repintura de sinalizações viárias, bancos, postes e outros bens públicos, preservando a infraestrutura.
- **Ferramentas de Reparos e Manutenção:** Abrangem chaves de fenda, martelos e outros utensílios para pequenos reparos em equipamentos e estruturas públicas, como bancos e playgrounds.

Essas ferramentas são imprescindíveis para garantir a ordem, limpeza e segurança dos espaços públicos, contribuindo para a qualidade de vida dos cidadãos e o adequado funcionamento do município.

Solução I: Contrato de Aluguel de Ferramentas Manuais

Vantagens principais:

- Custo inicial reduzido, sendo o aluguel mais econômico para uso em curto prazo.
- Variedade e flexibilidade, permitindo acesso a ampla gama de ferramentas e equipamentos, inclusive os de custo elevado.
- Manutenção e reparos de responsabilidade da empresa locadora.
- Redução da necessidade de espaço para armazenamento.

Desvantagens principais:

- Custo elevado a longo prazo em caso de uso prolongado ou contínuo.
- Possibilidade de indisponibilidade de ferramentas específicas ou populares.
- Responsabilidade do locatário quanto à devolução em boas condições, com possível cobrança por danos ou perda, além da exigência de seguro ou depósito.
- Logística de transporte, exigindo buscar e devolver ferramentas, o que pode acarretar custos e inconvenientes.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

- Limitação do tempo de aluguel, com possíveis taxas adicionais por prorrogação.

Solução II: Contrato de Aquisição de Ferramentas Manuais

Vantagens principais:

- Maior controle e flexibilidade, com ferramentas disponíveis para uso imediato conforme a necessidade.
- Economia a longo prazo, uma vez que a compra elimina custos recorrentes de aluguel.
- Possibilidade de aquisição de ferramentas de qualidade superior e adequadas às necessidades específicas.
- Conveniência de posse, eliminando transtornos logísticos.

Desvantagens principais:

- Custo inicial elevado, especialmente para aquisição de conjuntos completos ou ferramentas especializadas.
- Necessidade de espaço para armazenamento adequado das ferramentas.

A contratação por meio de procedimento licitatório para aquisição junto a fornecedor revela-se solução mais vantajosa para a Administração Pública, possibilitando compras em maior volume ao longo do tempo, o que favorece preços mais competitivos e condições contratuais mais favoráveis, em virtude das economias de escala. Além disso, a Administração pode adquirir os itens conforme a necessidade, evitando estoque excessivo e permitindo melhor gestão dos recursos públicos.

A modalidade de pregão eletrônico estimula a competitividade entre fornecedores, propiciando propostas vantajosas em termos de preço e qualidade.

Essas vantagens consagram o Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços como alternativa adequada para aquisição recorrente de ferramentas manuais ou bens correlatos.

A Secretaria de Serviços Urbanos (SESURB) realiza aquisições periódicas de ferramentas mediante processos licitatórios próprios. Nos exercícios anteriores, foram promovidos pregões que culminaram na formalização de contratos e empenhos para fornecimento dos itens necessários. Observa-se mercado regional atuante, com participação constante das seguintes empresas:

- D.D.R. SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (CNPJ: 51.652.356/0001-40)
- GGV COMERCIAL EIRELI - ME (CNPJ: 35.236.131/0001-57)
- SHADUCA PRAIA GRANDE LTDA - EPP (CNPJ: 10.404.370/0001-48)
- TH COMERCIAL & SERVIÇOS DE OBRAS LTDA (CNPJ: 12.107.174/0001-37)

Não se verificaram alterações metodológicas em contratações similares de abrangência nacional que recomendem mudança no modelo atualmente adotado. Por essa razão, considera-se pertinente a manutenção do modelo vigente para a presente contratação, dispensando-se a realização de audiências públicas para coleta de contribuições, a fim de preservar a relação custo-benefício.

6 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da presente contratação foi elaborada em conformidade com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que trata da obrigatoriedade de estimativa de preços com base em critérios objetivos, visando à obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

Para tanto, foram realizadas consultas em sítios eletrônicos especializados e de acesso público, que disponibilizam informações atualizadas sobre preços praticados no mercado, bem como em bases de dados oficiais e contratações anteriores da Administração Pública, quando disponíveis.

Com base nessas pesquisas, foram obtidos os valores unitários estimados por item, levando-se em consideração as especificações técnicas, padrões de qualidade e demais requisitos constantes no Termo de Referência. A seguir, apresenta-se a composição dos valores estimados:

- Valor unitário por item: conforme média obtida nas consultas de mercado realizadas;
- Valor total por item: obtido mediante a multiplicação do valor unitário estimado pela quantidade prevista no período de 12 (doze) meses.

A estimativa elaborada tem como finalidade garantir a razoabilidade e a compatibilidade dos preços com os valores praticados no mercado, conforme exige o art. 6º, inciso XXVI, da Lei nº 14.133/2021, servindo de base para a análise da vantajosidade das propostas a serem apresentadas no certame.

Ressalta-se que a Administração poderá atualizar os valores estimados até a data da divulgação do edital, caso ocorram alterações relevantes no mercado ou no objeto da contratação, nos termos da legislação vigente.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Enxada Larga sem Cabo em Aço SAE 1070, Material: Aço SAE 1070 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó, Largura (A): 255 ± 5 mm, Comprimento (B): 315 ± 5 mm, Olho: 38 mm, Peso: 1.010 g (aproximadamente), Aplicação: Agricultura e jardinagem pesada.	UNID.	6.334	R\$ 59,63	R\$ 377.696,42
2	Enxadão Sem Cabo em Aço Forjado – Olho 38 mm, Material: Aço SAE 1070 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó, Largura (A): 150 ± 5 mm, Comprimento (B): 275 ± 5 mm, Olho: 38 mm, Peso: 1.010 g (aproximadamente), Aplicação: Agricultura e jardinagem pesada	UNID.	1.839	R\$ 67,84	R\$ 124.757,76
3	Pá de Bico com Cabo de Madeira – Aço SAE 1045, Material da Lâmina: Aço SAE 1045 (aço carbono de alta resistência), Material do Cabo: Madeira tipo marfim, Acabamento: Pintura eletrostática na cor preta, Largura (A): 250 ± 5 mm, Altura da Lâmina (B): 295 ± 5 mm, Olho: 34 mm, Comprimento do Cabo: 1.300 ± 100 mm, Peso Total: Aproximadamente 1,9 kg, Aplicação: Construção civil, jardinagem e agricultura.	UNID.	1.915	R\$ 61,09	R\$ 116.987,35
4	Pá Quadrada AJUNTADEIRA Sem Cabo em Aço SAE 1045, Material: Aço SAE 1045 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó na cor preta, Largura (A): 320 ± 5 mm, Altura da Lâmina (B): 260 ± 5 mm, Olho: 34 mm de diâmetro, Peso: Aproximadamente 1,7 kg, Aplicação: Construção civil, jardinagem e uso agrícola.	UNID.	5.311	R\$ 45,78	R\$ 243.137,58
5	Pá Quadrada CORTADEIRA Sem Cabo em Aço SAE 1045, Material: Aço SAE 1045 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó na cor preta, Largura (A): 320 ± 5 mm, Altura da Lâmina (B): 260 ± 5 mm, Olho: 34 mm de diâmetro, Peso: Aproximadamente 1,7 kg, Aplicação: Cortar, revolver e retirar solo pesado, argila ou areia úmida	UNID.	5.311	R\$ 38,84	R\$ 206.279,24
6	Pá de Lixo 90° com Cabo de Madeira – Coletor em Metal Zincado, Material do Coletor: Metal zincado (resistente à oxidação), Material do Cabo: Madeira, Ângulo entre cabo e coletor: 90°, Comprimento do Cabo: 800 ± 50 mm, Acabamento: Galvanizado (zinco),	UNID.	415	R\$ 48,60	R\$ 20.169,00



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

	Aplicação: Limpeza urbana, doméstica, comercial e industrial.				
7	Rastelo de Ferro forjado com 14 Dentes – Material do Garfo: Aço carbono (ferro forjado), Número de Dentes: 14, Largura do Garfo: 360 ± 10 mm, Compatibilidade de Cabo: Madeira plastificada, 1.200 ± 50 mm, Peso: Aproximadamente 1,0 kg, Acabamento: Pintura eletrostática a pó (proteção contra oxidação), Aplicação: Agricultura, jardinagem e paisagismo.	UNID.	823	R\$ 38,05	R\$ 31.315,15
8	Vassoura Regulável com Cabo para Folhas – 22 Palhetas em Aço SAE 1070, Tipo: Regulável para folhas e gramados, Material das Palhetas: Aço SAE 1070, Quantidade de Palhetas: 22 unidades, Espessura das Palhetas: 2,0 mm (mínimo), Largura Aberta (A): 440 ± 5 mm, Olho: 23 mm, Altura da Cabeça (B): 385 ± 5 mm, Material do Cabo: Madeira, Comprimento do Cabo: 1.200 ± 50 mm, Peso Total: Aproximadamente 280 g, Aplicação: Jardinagem, varrição de folhas e limpeza de áreas externas.	UNID.	4.258	R\$ 44,60	R\$ 189.906,80
9	Vassourão Tipo Argentina – Base Plástica para Varrição de Ruas, Tipo: Vassourão para varrição de ruas e áreas externas, Material da Base: Plástico de alta resistência, Dimensões da Base: 300 ± 5 mm (comprimento) x 100 ± 5 mm (largura), Material das Fibras: Sintéticas (nylon ou PP de alta durabilidade), Comprimento das Fibras: 150 ± 5 mm, Orifício para Cabo: 31 mm de diâmetro, Peso: Aproximadamente 850 g, Aplicação: Varrição de ruas, calçadas, pátios e áreas industriais	UNID.	12.123	R\$ 56,54	R\$ 685.434,42
10	Vassourão Tipo Gari – 40 cm com Cerdas de Piaçava Natural, Tipo: Vassourão para varrição pesada, Material da Base: Madeira reforçada, Material das Cerdas: Piaçava natural, Quantidade de Fileiras: 5, Comprimento da Base: 400 ± 5 mm, Altura das Cerdas: 120 ± 5 mm, Aplicação: Varrição de ruas, calçadas, pátios e áreas industriais, Peso: Aproximadamente 850 g.	UNID.	4.768	R\$ 32,07	R\$ 152.909,76
11	Vassourão com Base Plástica e Cerdas de P.E.T. – Cabo de 1,40 m, Material da Base: Plástico resistente, Dimensões da Base: 260 ± 5 mm (comprimento) x 90 ± 5 mm (largura) x 60 ± 5 mm (altura), Material das Cerdas: P.E.T., 0,8 mm de espessura, Material do Cabo: Madeira ou metal revestido, Diâmetro do Cabo: 28 mm, Comprimento do Cabo: 1.400 ± 50 mm, Aplicação: Varrição de ruas, calçadas, pátios e áreas industriais.	UNID.	2.234	R\$ 39,47	R\$ 88.175,98
VALOR TOTAL					R\$ 2.236.769,46

Memorial De Cálculo

O valor total estimado será de **R\$ 2.152.138,52 (dois milhões cento e cinquenta e dois mil e cento e trinta e oito reais e cinquenta e dois centavos)** de acordo com o cálculo abaixo:

$$V_{\text{total estimado}} = \text{Soma dos valores totais de cada item (C)}$$

$$C = A \times B$$

$V_{\text{total estimado}}$ = Valor total estimado da contratação (em Reais);

A = Quantidade total do item correspondente

B = Valor unitário do item correspondente (em Reais);

C = Valor total do item correspondente (em Reais).



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A presente contratação será realizada na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo **menor preço por item**, sob o **Sistema de Registro de Preços**, conforme disposto na **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais normativos aplicáveis.

A escolha da modalidade decorre da natureza do objeto, cujos padrões de qualidade e desempenho podem ser definidos objetivamente no edital, por meio de **especificações usuais no mercado**, em conformidade com o disposto nos arts. 28, inciso II, e 29, inciso I, da referida Lei.

A contratação visa atender às demandas da **Secretaria de Serviços Urbanos**, com a aquisição de ferramentas conforme especificações técnicas **claras, concisas e objetivas**, detalhadas na tabela a seguir:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO
1	430107	Enxada larga sem Cabo em Aço SAE 1070, Material: Aço SAE 1070 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó, Largura (A): 255 ± 5 mm, Comprimento (B): 315 ± 5 mm, Olho: 38 mm, Peso: 1.010 g (aproximadamente), Aplicação: Agricultura e jardinagem pesada.
2	289061	Enxada Sem Cabo em Aço Forjado – Olho 38 mm, Material: Aço SAE 1070 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó, Largura (A): 150 ± 5 mm, Comprimento (B): 275 ± 5 mm, Olho: 38 mm, Peso: 1.010 g (aproximadamente), Aplicação: Agricultura e jardinagem pesada
3	483248	Pá de Bico com Cabo de Madeira – Aço SAE 1045, Material da Lâmina: Aço SAE 1045 (aço carbono de alta resistência), Material do Cabo: Madeira tipo marfim, Acabamento: Pintura eletrostática na cor preta, Largura (A): 250 ± 5 mm, Altura da Lâmina (B): 295 ± 5 mm, Olho: 34 mm, Comprimento do Cabo: 1.300 ± 100 mm, Peso Total: Aproximadamente 1,9 kg, Aplicação: Construção civil, jardinagem e agricultura.
4	405532	Pá Quadrada AJUNTADEIRA Sem Cabo em Aço SAE 1045, Material: Aço SAE 1045 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó na cor preta, Largura (A): 320 ± 5 mm, Altura da Lâmina (B): 260 ± 5 mm, Olho: 34 mm de diâmetro, Peso: Aproximadamente 1,7 kg, Aplicação: Construção civil, jardinagem e uso agrícola.
5	405532	Pá Quadrada CORTADEIRA Sem Cabo em Aço SAE 1045, Material: Aço SAE 1045 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó na cor preta, Largura (A): 320 ± 5 mm, Altura da Lâmina (B): 260 ± 5 mm, Olho: 34 mm de diâmetro, Peso: Aproximadamente 1,7 kg, Aplicação: Cortar, revolver e retirar solo pesado, argila ou areia úmida
6	288871	Pá de Lixo 90° com Cabo de Madeira – Coletor em Metal Zincado, Material do Coletor: Metal zincado (resistente à oxidação), Material do Cabo: Madeira, Ângulo entre cabo e coletor: 90°, Comprimento do Cabo: 800 ± 50 mm, Acabamento: Galvanizado (zinco), Aplicação: Limpeza urbana, doméstica, comercial e industrial.
7	318394	Rastelo de Ferro forjado com 14 Dentes – Material do Garfo: Aço carbono (ferro forjado), Número de Dentes: 14, Largura do Garfo: 360 ± 10 mm, Compatibilidade de Cabo: Madeira plastificada, 1.200 ± 50 mm, Peso: Aproximadamente 1,0 kg, Acabamento: Pintura eletrostática a pó (proteção contra oxidação), Aplicação: Agricultura, jardinagem e paisagismo.
8	417310	Vassoura Regulável com Cabo para Folhas – 22 Palhetas em Aço SAE 1070, Tipo: Regulável para folhas e gramados, Material das Palhetas: Aço SAE 1070, Quantidade de Palhetas: 22 unidades, Espessura das Palhetas: 2,0 mm (mínimo), Largura Aberta (A): 440 ± 5 mm, Olho: 23 mm, Altura da Cabeça (B): 385 ± 5 mm, Material do Cabo: Madeira, Comprimento do Cabo: 1.200 ± 50 mm, Peso Total: Aproximadamente 280 g, Aplicação: Jardinagem, varrição de folhas e limpeza de áreas externas.
9	307429	Vassourão Tipo Argentina – Base Plástica para Varrição de Ruas, Tipo: Vassourão para varrição de ruas e áreas externas, Material da Base: Plástico de alta resistência, Dimensões da Base: 300 ± 5 mm (comprimento) x 100 ± 5 mm (largura), Material das Fibras: Sintéticas (nylon ou PP de alta durabilidade), Comprimento das Fibras: 150 ± 5 mm, Orifício para Cabo: 31 mm de diâmetro, Peso: Aproximadamente 850 g, Aplicação: Varrição de ruas, calçadas, pátios e áreas industriais



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO
10	318938	Vassourão Tipo Gari – 40 cm com Cerdas de Piaçava Natural, Tipo: Vassourão para varrição pesada, Material da Base: Madeira reforçada, Material das Cerdas: Piaçava natural, Quantidade de Fileiras: 5, Comprimento da Base: 400 ± 5 mm, Altura das Cerdas: 120 ± 5 mm, Aplicação: Varrição de ruas, calçadas, pátios e áreas industriais, Peso: Aproximadamente 850 g.
11	476380	Vassourão com Base Plástica e Cerdas de P.E.T. – Cabo de 1,40 m, Material da Base: Plástico resistente, Dimensões da Base: 260 ± 5 mm (comprimento) x 90 ± 5 mm (largura) x 60 ± 5 mm (altura), Material das Cerdas: P.E.T., 0,8 mm de espessura, Material do Cabo: Madeira ou metal revestido, Diâmetro do Cabo: 28 mm, Comprimento do Cabo: 1.400 ± 50 mm, Aplicação: Varrição de ruas, calçadas, pátios e áreas industriais.

As especificações técnicas foram definidas com base:

- Nos produtos já adquiridos anteriormente pela Administração;
- Em informações disponíveis no **Portal de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br)**;
- Em contratações similares realizadas por outros órgãos públicos.

Para fins de cadastramento dos itens e viabilização do pregão em ambiente eletrônico, foram adotadas as descrições mais semelhantes disponíveis no **Compras.gov.br**. **Em caso de divergência entre as descrições constantes no sistema e aquelas definidas neste Termo de Referência e no Edital, deverá prevalecer o estabelecido no Edital e em seus anexos**, conforme o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 11, §1º, da Lei nº 14.133/2021).

A solução proposta atende de forma satisfatória às necessidades da Administração, permitindo que a aquisição dos itens ocorra de maneira **eficiente, vantajosa e alinhada ao interesse público**, em conformidade com os princípios da **eficiência, planejamento, transparência e vantajosidade da contratação**, conforme previstos na **Lei nº 14.133/2021**.

8 JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

A presente licitação para aquisição dos materiais objeto deste documento deverá ser realizada por item, com o intuito de aumentar a competitividade entre os potenciais fornecedores, buscando alcançar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Todos os itens constantes neste documento são independentes entre si, ou seja, para que um seja adquirido e utilizado, não há necessidade dos demais. Por essa razão, devem ser licitados individualmente. A opção pelo Sistema de Registro de Preços tem como um de seus principais objetivos o princípio da economicidade, que, em termos práticos, significa ganhos reais na economia dos recursos financeiros, uma vez que a aquisição poderá ser realizada de forma gradativa, conforme as necessidades da Administração.

As empresas vencedoras responsabilizar-se-ão pela entrega do quantitativo específico adjudicado na licitação, durante o prazo contratual, podendo realizar entregas fracionadas, de acordo com as necessidades da Prefeitura, em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis.

9 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A aquisição dos materiais de consumo visa atender à demanda adequada e garantir a continuidade dos serviços de limpeza e manutenção dos logradouros públicos do município.

Pretende-se, com a formação deste Registro de Preços, obter um mecanismo ágil e seguro para a realização de futuras aquisições, sem comprometer a execução orçamentária, assegurando que os serviços sejam realizados de forma mais eficaz, com a solicitação dos materiais conforme as necessidades do Município.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

Com esta contratação, objetiva-se proporcionar condições adequadas para o desempenho das atividades profissionais dos servidores responsáveis pela execução dos serviços externos, promovendo melhor atendimento ao interesse público e contribuindo para a estética e funcionalidade do ambiente urbano.

10 PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não houve necessidade de adequação de infraestrutura, contratação de serviços adicionais ou capacitação, uma vez que a presente aquisição não impacta a estrutura física, elétrica ou hidráulica desta Secretaria. Além disso, foram realizados levantamentos técnicos que atestam a compatibilidade dos materiais a serem adquiridos com as condições atuais do ambiente de trabalho, assegurando que a execução do contrato não demandará investimentos adicionais prévios ou adaptações estruturais. Dessa forma, a Administração está preparada para o imediato recebimento e utilização dos bens adquiridos, garantindo a continuidade dos serviços públicos sem interrupções.

11 CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Em análise da natureza dos itens objeto desta contratação, não se verifica qualquer interdependência entre eles e outros bens ou serviços, de modo que a aquisição se apresenta autônoma e plenamente apta a atender ao interesse público evidenciado neste Estudo Técnico Preliminar (ETP). Assim, não há necessidade de celebração concomitante de contratos correlatos para a efetividade do objeto, o que reforça a viabilidade jurídica e econômica da contratação individualizada. Tal circunstância permite maior flexibilidade e economicidade à Administração, em consonância com os princípios da eficiência e da economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

12 IMPACTOS AMBIENTAIS

É imprescindível destacar que a contratada será integralmente responsável por eventuais impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços contratados. Em conformidade com a legislação ambiental vigente e demais normas aplicáveis, a contratada deverá adotar todas as medidas necessárias para prevenir, mitigar e reparar quaisquer danos ambientais, garantindo o cumprimento integral das disposições legais e regulamentares pertinentes. Ademais, a contratada deverá apresentar, quando solicitado, comprovação documental das práticas adotadas para a gestão ambiental, inclusive no que se refere ao descarte adequado de resíduos e à utilização racional de recursos naturais. A Administração acompanhará e fiscalizará o cumprimento dessas obrigações, resguardando o interesse público e a sustentabilidade ambiental.

13 VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo técnico preliminar evidencia que a contratação da solução descrita se mostra tecnicamente, economicamente e ambientalmente viável e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, **DECLARO SER VIÁVEL** a contratação pretendida, sendo necessária análise de viabilidade econômico-financeira e jurídica pelas autoridades competentes para que elas possam tomar ciência dos atos e as providências cabíveis.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

ANEXO II – PLANILHA PROPOSTA

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

ENDEREÇO COMPLETO:

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

TELEFONE:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	CÓDIGO CATMAT	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	QTD.	MARCA/FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Enxada Larga sem Cabo em Aço SAE 1070, Material: Aço SAE 1070 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó, Largura (A): 255 ± 5 mm, Comprimento (B): 315 ± 5 mm, Olho: 38 mm, Peso: 1.010 g (aproximadamente), Aplicação: Agricultura e jardinagem pesada.	UNID.	431540	COTA PRINCIPAL	4.752			
02	Enxada Larga sem Cabo em Aço SAE 1070, Material: Aço SAE 1070 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó, Largura (A): 255 ± 5 mm, Comprimento (B): 315 ± 5 mm, Olho: 38 mm, Peso: 1.010 g (aproximadamente), Aplicação: Agricultura e jardinagem pesada.	UNID.	431540	COTA RESERVADA	1.582			
03	Enxadão Sem Cabo em Aço Forjado – Olho 38 mm, Material: Aço SAE 1070 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó, Largura (A): 150 ± 5 mm, Comprimento (B): 275 ± 5 mm, Olho: 38 mm, Peso: 1.010 g (aproximadamente), Aplicação: Agricultura e jardinagem pesada	UNID.	234676	COTA PRINCIPAL	1.381			
04	Enxadão Sem Cabo em Aço Forjado – Olho 38 mm, Material: Aço SAE 1070 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó, Largura (A): 150 ± 5 mm, Comprimento (B): 275 ± 5 mm, Olho: 38 mm, Peso: 1.010 g (aproximadamente), Aplicação: Agricultura e jardinagem pesada	UNID.	234676	COTA RESERVADA	458			
05	Pá de Bico com Cabo de Madeira – Aço SAE 1045, Material da Lâmina: Aço SAE 1045 (aço carbono de alta resistência), Material do Cabo: Madeira tipo marfim, Acabamento: Pintura eletrostática na cor preta,	UNID.	483248	COTA PRINCIPAL	1.438			



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

	Largura (A): 250 ± 5 mm, Altura da Lâmina (B): 295 ± 5 mm, Olho: 34 mm, Comprimento do Cabo: 1.300 ± 100 mm, Peso Total: Aproximadamente 1,9 kg, Aplicação: Construção civil, jardinagem e agricultura.						
06	Pá de Bico com Cabo de Madeira – Aço SAE 1045, Material da Lâmina: Aço SAE 1045 (aço carbono de alta resistência), Material do Cabo: Madeira tipo marfim, Acabamento: Pintura eletrostática na cor preta, Largura (A): 250 ± 5 mm, Altura da Lâmina (B): 295 ± 5 mm, Olho: 34 mm, Comprimento do Cabo: 1.300 ± 100 mm, Peso Total: Aproximadamente 1,9 kg, Aplicação: Construção civil, jardinagem e agricultura.	UNID.	431540	COTA RESERVADA	477		
07	Pá Quadrada AJUNTADEIRA Sem Cabo em Aço SAE 1045, Material: Aço SAE 1045 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó na cor preta, Largura (A): 320 ± 5 mm, Altura da Lâmina (B): 260 ± 5 mm, Olho: 34 mm de diâmetro, Peso: Aproximadamente 1,7 kg, Aplicação: Construção civil, jardinagem e uso agrícola.	UNID.	405532	COTA PRINCIPAL	3.985		
08	Pá Quadrada AJUNTADEIRA Sem Cabo em Aço SAE 1045, Material: Aço SAE 1045 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó na cor preta, Largura (A): 320 ± 5 mm, Altura da Lâmina (B): 260 ± 5 mm, Olho: 34 mm de diâmetro, Peso: Aproximadamente 1,7 kg, Aplicação: Construção civil, jardinagem e uso agrícola.	UNID.	405532	COTA RESERVADA	1.326		
09	Pá Quadrada CORTADEIRA Sem Cabo em Aço SAE 1045, Material: Aço SAE 1045 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó na cor preta, Largura (A): 320 ± 5 mm, Altura da Lâmina (B): 260 ± 5 mm, Olho: 34 mm de diâmetro, Peso: Aproximadamente 1,7 kg, Aplicação: Cortar, revolver e	UNID.	405532	COTA PRINCIPAL	3.985		



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

	retirar solo pesado, argila ou areia úmida							
10	Pá Quadrada CORTADEIRA Sem Cabo em Aço SAE 1045, Material: Aço SAE 1045 (aço carbono de alta resistência), Acabamento: Pintura eletrostática a pó na cor preta, Largura (A): 320 ± 5 mm, Altura da Lâmina (B): 260 ± 5 mm, Olho: 34 mm de diâmetro, Peso: Aproximadamente 1,7 kg, Aplicação: Cortar, revolver e retirar solo pesado, argila ou areia úmida	UNID.	405532	COTA RESERVADA	1.326			
11	Pá de Lixo 90° com Cabo de Madeira – Coletor em Metal Zincado, Material do Coletor: Metal zincado (resistente à oxidação), Material do Cabo: Madeira, Ângulo entre cabo e coletor: 90°, Comprimento do Cabo: 800 ± 50 mm, Acabamento: Galvanizado (zinco), Aplicação: Limpeza urbana, doméstica, comercial e industrial.	UNID.	274660	EXCLUSIVO ME/EP	415			
12	Rastelo de Ferro forjado com 14 Dentes – Material do Garfo: Aço carbono (ferro forjado), Número de Dentes: 14, Largura do Garfo: 360 ± 10 mm, Compatibilidade de Cabo: Madeira plastificada, 1.200 ± 50 mm, Peso: Aproximadamente 1,0 kg, Acabamento: Pintura eletrostática a pó (proteção contra oxidação), Aplicação: Agricultura, jardinagem e paisagismo.	UNID.	452487	EXCLUSIVO ME/EP	823			
13	Vassoura Regulável com Cabo para Folhas – 22 Palhetas em Aço SAE 1070, Tipo: Regulável para folhas e gramados, Material das Palhetas: Aço SAE 1070, Quantidade de Palhetas: 22 unidades, Espessura das Palhetas: 2,0 mm (mínimo), Largura Aberta (A): 440 ± 5 mm, Olho: 23 mm, Altura da Cabeça (B): 385 ± 5 mm, Material do Cabo: Madeira, Comprimento do Cabo: 1.200 ± 50 mm, Peso Total: Aproximadamente 280 g, Aplicação: Jardinagem, varrição de folhas e limpeza de áreas externas.	UNID.	417310	COTA PRINCIPAL	3.194			
14	Vassoura Regulável com Cabo para Folhas – 22 Palhetas em Aço SAE 1070, Tipo: Regulável para folhas e	UNID.	417310	COTA RESERVADA	1.064			



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

	gramados, Material das Palhetas: Aço SAE 1070, Quantidade de Palhetas: 22 unidades, Espessura das Palhetas: 2,0 mm (mínimo), Largura Aberta (A): 440 ± 5 mm, Olho: 23 mm, Altura da Cabeça (B): 385 ± 5 mm, Material do Cabo: Madeira, Comprimento do Cabo: 1.200 ± 50 mm, Peso Total: Aproximadamente 280 g, Aplicação: Jardinagem, varrição de folhas e limpeza de áreas externas.							
15	Vassourão Tipo Argentina – Base Plástica para Varrição de Ruas, Tipo: Vassourão para varrição de ruas e áreas externas, Material da Base: Plástico de alta resistência, Dimensões da Base: 300 ± 5 mm (comprimento) x 100 ± 5 mm (largura), Material das Fibras: Sintéticas (nylon ou PP de alta durabilidade), Comprimento das Fibras: 150 ± 5 mm, Orifício para Cabo: 31 mm de diâmetro, Peso: Aproximadamente 850 g, Aplicação: Varrição de ruas, calçadas, pátios e áreas industriais	UNID.	307429	COTA PRINCIPAL	9.093			
16	Vassourão Tipo Argentina – Base Plástica para Varrição de Ruas, Tipo: Vassourão para varrição de ruas e áreas externas, Material da Base: Plástico de alta resistência, Dimensões da Base: 300 ± 5 mm (comprimento) x 100 ± 5 mm (largura), Material das Fibras: Sintéticas (nylon ou PP de alta durabilidade), Comprimento das Fibras: 150 ± 5 mm, Orifício para Cabo: 31 mm de diâmetro, Peso: Aproximadamente 850 g, Aplicação: Varrição de ruas, calçadas, pátios e áreas industriais	UNID.	307429	COTA RESERVADA	3.030			
17	Vassourão Tipo Gari – 40 cm com Cerdas de Piaçava Natural, Tipo: Vassourão para varrição pesada, Material da Base: Madeira reforçada, Material das Cerdas: Piaçava natural, Quantidade de Fileiras: 5, Comprimento da Base: 400 ± 5 mm, Altura das Cerdas: 120 ± 5 mm, Aplicação: Varrição de ruas, calçadas, pátios e áreas industriais, Peso: Aproximadamente 850 g.	UNID.	318938	COTA PRINCIPAL	3.577			



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

18	Vassourão Tipo Gari – 40 cm com Cerdas de Piaçava Natural, Tipo: Vassourão para varrição pesada, Material da Base: Madeira reforçada, Material das Cerdas: Piaçava natural, Quantidade de Fileiras: 5, Comprimento da Base: 400 ± 5 mm, Altura das Cerdas: 120 ± 5 mm, Aplicação: Varrição de ruas, calçadas, pátios e áreas industriais, Peso: Aproximadamente 850 g.	UNID.	318938	COTA RESERVADA	1.191			
19	Vassourão com Base Plástica e Cerdas de P.E.T. – Cabo de 1,40 m, Material da Base: Plástico resistente, Dimensões da Base: 260 ± 5 mm (comprimento) x 90 ± 5 mm (largura) x 60 ± 5 mm (altura), Material das Cerdas: P.E.T., 0,8 mm de espessura, Material do Cabo: Madeira ou metal revestido, Diâmetro do Cabo: 28 mm, Comprimento do Cabo: 1.400 ± 50 mm, Aplicação: Varrição de ruas, calçadas, pátios e áreas industriais.	UNID.	621603	COTA PRINCIPAL	1.677			
20	Vassourão com Base Plástica e Cerdas de P.E.T. – Cabo de 1,40 m, Material da Base: Plástico resistente, Dimensões da Base: 260 ± 5 mm (comprimento) x 90 ± 5 mm (largura) x 60 ± 5 mm (altura), Material das Cerdas: P.E.T., 0,8 mm de espessura, Material do Cabo: Madeira ou metal revestido, Diâmetro do Cabo: 28 mm, Comprimento do Cabo: 1.400 ± 50 mm, Aplicação: Varrição de ruas, calçadas, pátios e áreas industriais.	UNID.	621603	COTA RESERVADA	557			

Havendo divergência no descritivo do objeto licitado constante no código CATMAT e o descritivo constante no modelo de Planilha Proposta Comercial, prevalecerá o descritivo constante no modelo de Planilha Proposta Comercial.

Praia Grande, ____ de _____ de 2025.

Razão Social da empresa proponente
CNPJ:

Assinatura do representante legal Cargo:
Carteira de identidade nº:
CPF:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

ANEXO III - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE ATA XXX/2026

TERMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS I, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE E A EMPRESA XXX

Na Divisão de Expediente Administrativo, da Secretaria de Administração, do **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.177.531/0001-55, localizada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000 - Vila Mirim, Praia Grande/SP, onde se achava presente **SORAIA M. MILAN**, titular da Secretaria de Serviços Urbanos, por atribuição conferida através do Artigo 66º, inciso XII; **MAURÍCIO DA SILVA PETIZ**, titular da Secretaria de Cultura e Turismo, por atribuição conferida através do Artigo 78º, inciso XXXVII; **PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS**, titular da Secretaria de Educação, por atribuição conferida através do Artigo 48º, inciso XXXI; **VALDIR PEREIRA RAMOS FILHO**, titular da Secretaria de Meio Ambiente, por atribuição conferida através do Artigo 57º, inciso IV e **JOSÉ ISAIAS COSTA LIMA**, titular da Secretaria de Saúde Pública, por atribuição conferida através do Artigo 51º, inciso XIX; referente a Lei Complementar nº 913 de 01 de abril de 2022 c/c Lei Complementar nº 1011/2025 neste ato representando esta Municipalidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 019/2026, publicada no de/...../2026, doravante simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e a empresa, CNPJ sob nº, com sede na, nº, -, CEP, doravante designado **DETENTORA**, representada na forma de seu estatuto/contrato social pelo(a) Senhor(a), RG nº, CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº **93/2025** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e, resolvem celebrar o presente Termo de Ata de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS I**, especificados nos itens do Termo de Referência, ANEXO I do edital de Licitação nº 019/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor Unitário

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será a SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS – **SESURB**.

3.2. Além do gerenciador, são órgãos participantes do registro de preços as demais Secretarias elencadas do Termo de Referência.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. Decorridos o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e, havendo prorrogação da vigência, os preços registrados poderão ser atualizados de acordo com a variação do índice IPCA/IBGE – Índice de Preços do Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vigente à época, observada a legislação federal em vigor.

5.1.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.4. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual ou autorização de fornecimento, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item **5.2** deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, sendo vedada a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item **5.4.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item **5.4.2** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item **5.7** e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. For liberado;

8.1.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

8.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4. Sofrer sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.5. Não aceitar o preço reajustado pela Administração.

8.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

8.2.1. Pelo decurso do prazo de vigência;

8.2.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

8.2.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

8.2.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

8.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3.1. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

8.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para órgão ou a entidade.

11. DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca da Praia Grande para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste Edital e da contratação do objeto do mesmo que não sejam solucionadas de comum acordo entre as partes, com prévia renúncia de qualquer outro.

11.2. Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, pactuado, é lavrado o presente TERMO DE ATA em 03 (três) vias de igual forma e teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo. Pelo que eu,, digitei, assino e dato. Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos XXX de XXX de 2025, ano da emancipação político administrativa.

SORAIA M. MILAN
Secretária Municipal de Serviços Urbanos

MAURÍCIO DA SILVA PETIZ
Secretário Municipal de Cultura E Turismo



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS
Secretária Municipal de Educação

VALDIR PEREIRA RAMOS FILHO
Secretário Municipal de Meio Ambiente

JOSE ISAIAS COSTA LIMA
Secretário Municipal De Saúde Pública

Representante legal da DETENTORA

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____

Processo Administrativo nº 93/2025



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

ANEXO IV – CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

Verificação de assinatura

Código de verificação:

IAZ3LQHS EIZRUENB DF4SP4QC LZZXAPU4



Este documento foi assinado digitalmente. Para validar o documento, escaneie o QR Code acima ou acesse o site <https://assinadordigitalexterno.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código de verificação. É possível baixar o documento original ou uma versão para impressão através do site.

Documento assinado eletronicamente, conforme Decreto nº 8.025, de 23 de julho de 2024.

Lista de assinaturas:



Assinado digitalmente por SORAIA MOURAO MILAN, CPF: 134.045.568-44, em: 23/02/2026 16:30:33



Assinado digitalmente por VALDIR PEREIRA RAMOS FILHO, CPF: 312.019.218-05, em: 23/02/2026 17:17:12



Assinado digitalmente por PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, CPF: 199.354.948-02, em: 23/02/2026 17:43:29



Assinado digitalmente por MAURICIO DA SILVA PETIZ, CPF: 032.164.678-99, em: 23/02/2026 17:44:53



Assinado digitalmente por JOSE ISAIAS COSTA LIMA, CPF: 318.588.378-04, em: 24/02/2026 09:14:07